CADERNOS DO POVO BRASILEIRO

19

João Pinheiro Neto

SALÁRIO

É CAUSA DE INFLAÇÃO?

Salário é causa de Inflação?

CADERNOS DO POVO BRASILEIRO

Diretores:
ÁLVARO VIEIRA PINTO
ÊNIO SILVEIRA

Vol. 19

desenho de capa:
EUGÊNIO HIRSCH

Exemplar № 07999

Direitos desta edição reservados à

EDITÔRA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.
Rua 7 de Setembro, 97
RIO DE JANEIRO

1963

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

JOÃO PINHEIRO NETO

SALÁRIO É CAUSA DE INFLAÇAO?

EDITÔRA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.

RIO DE JANEIRO

ÍNDICE

I Os dados do progresso 11

II Os salários financiam o desenvolvimento 18

III Na rota da pobreza 28

IV O problema agrário no Brasil 35

O café e a transformação da economia brasileira 39

Café, inimigo público número 1 43

A crise no Legislativo 47

Aos TRABALHADORES,

companheiros de lutas e de ideais.

I

OS DADOS DO PROGRESSO

Poucos países têm ostentado maiores taxas de crescimento econômico nos últimos 10 anos do que o Brasil. No período 1950/61, a taxa de crescimento global de nossa economia foi superior à dos países que constituem o poderoso Mercado Comum Europeu, revelando-se menor em têrmos "per capita" apenas porque crescemos mais ràpidamente sob o aspecto demográfico. Na América Latina sustentamos de há muito privilegiada situação prioritária. A renda "per capita" tem aumentado 3% ao ano no Brasil enquanto cresce apenas 1% nos outros países do continente, inclusive nos Estados Unidos. A economia nacional expandiu-se em ritmo acelerado no período 1957/61, atingindo a taxa de 7% contra 5,2% de média nos quinqüênios imediatamente anteriores.

Recente estudo da ONU, feito pela CEPAL, constatou que o Brasil precisa em média nos próximos 10 anos de apenas 13% de recursos estrangeiros para atender às necessidades de expansão do parque nacional de indústria pesada. De um total de 873 milhões de dólares, a investigação sôbre as possibilidades nacionais demonstrou que o equivalente a 725 milhões de dólares pode ser atendido pela indústria nacional, ficando ape-

nas 13%, ou *158 milhões de dólares, dependentes de importação*. Os equipamentos para produção de energia elétrica (turbinas, geradores, transformadores, etc), por exemplo, já podem ser maciçamente fabricados em nosso País. Para um total de 370 milhões de dólares calculados como necessários, em 10 anos, a indústria nacional poderá fornecer — setor energia — 345 milhões de dólares, ou seja, 93% das necessidades totais.

Os equipamentos para a indústria do petróleo, oleodutos e petroquímica vêm em segundo lugar quanto ao valor dos recursos previstos para a expansão total até 1970. O Brasil precisará do equivalente a 138 milhões de dólares no decênio. A participação nacional será de quase 70%, ou seja, 90 milhões de dólares.

A indústria de equipamentos para a fabricação de papel e celulose precisará de recursos que vão ao total de 130 milhões de dólares até 1970. A participação nacional será de 90%. Os estudos da ONU afirmam que não haverá nenhum problema nesse setor. Nem técnico nem de capacidade de produção.

A indústria siderúrgica precisará, para sua expansão no período já mencionado, de equipamentos de base que absorverão cêrca de 134 milhões de dólares, dos quais 108 milhões a cargo da produção nacional, ou 60% do total previsto.

Na fabricação de equipamentos de base *para a produção de cimento*, no mesmo período estudado, a CEPAL prevê um investimento da ordem de apenas 87 milhões de dólares, com 54 milhões fornecidos pela indústria pesada nacional.

Note-se que êste extraordinário progresso não significa apenas a intensificação indiscutível do nosso processo de industrialização. Superamos também a fase da indústria do supérfluo, de consumo aleatório, para ingressarmos com êxito na etapa decisiva de consolidação

do parque da indústria pesada. É êste o único caminho seguro na rota da emancipação econômica do País: indústrias de base, instaladas em proporção altamente significativa. Mesmo em têrmos de volume de produção industrial, nosso País abandonou a posição incaracterística do passado e surge agora entre as 104 nações do mundo nos primeiros lugares, a exibir uma solidez econômica de aturdir o ceticismo incorrigível dos pessimistas.

O Brasil é o 10.º colocado na produção mundial de cimento. O 25.º na de aço. O 6.º na de algodão. O 23.º produtor mundial de coque. A indústria automobilística nacional está em 10.º lugar no mundo e já somos o 9.º colocado em produção de rayon e acetato.

Na indústria extrativa, a produção brasileira no período 1948/58 progrediu mais do que a produção mundial, como um todo. Petróleo bruto 12 915% de aumento contra 93% da produção mundial; minério de manganês 288% contra 133% da produção mundial; minério de ferro 233%, produção mundial 74%; bauxita 326% contra uma elevação na produção mundial de 143%; tungstênio, produção brasileira 78% contra um aumento de 38% na produção mundial; e, finalmente, ouro 42% da produção brasileira para 34% da produção mundial.

No setor da indústria manufatureira, verificamos também o surto de crescimento nacional em comparação com os dados mundiais. No período de 1948 a 1958 verificamos as seguintes diferenças de progresso na indústria, por exemplo, de rayon: produção mundial 32,90%, produção brasileira 111%; cimento, produção mundial 151%, produção brasileira 237%; estanho, produção mundial 13,40%, produção brasileira ..... 85,74%; açúcar, produção mundial 63,80%, produção

brasileira 71,65%. No período de 48 a 57, tomemos o aço bruto: a produção mundial cresceu 86,90%, a produção brasileira 170%. Na indústria do alumínio a produção nacional, período 53/58, cresceu de 891% para uma elevação de apenas 32% na produção mundial. Nos anos de 57 a 58 no setor da indústria automobilística crescia a produção brasileira 77% contra 13% da produção mundial. Os dados acima bem demonstram o crescimento promissor do Brasil e o esfôrço em compensar o seu atraso em face das nações mais adiantadas. São dados eloqüentes de estatística insuspeita. Basta um simples olhar para o passado próximo e iremos surpreender-nos com a fisionomia nova de uma grande nação. Já não comparecemos nas tabelas mundiais nos últimos lugares, exibindo apenas o ufanismo inconseqüente e as esperanças líricas no futuro de glórias pelo qual nada de positivo se fazia. A obra não está completa. Muitas das indústrias aqui instaladas fazem o jôgo da matriz alienígena, e, a mecânica bem conhecida das remessas de lucros para o estrangeiro, continuam, em muitos casos, sufocando a vida financeira da Nação. Mas a realidade econômica foi alterada. Até mesmo o panorama político sofreu substancial modificação. O comando da vida brasileira, com tôdas as dificuldades, começa a ser exercido dentro do Brasil, indiferente às maquinações de fora. O que nos tem salvo do aniquilamento é a inegável prosperidade do nosso parque industrial facilitando a substituição de importações. Se a esta altura estivéssemos amarrados ao pé modesto da rubiácea amarga, como no passado, dependentes da importação estrangeira desde o alfinête ao gênero de primeira necessidade, por certo curtiríamos a tristeza de uma "gorilada" caótica e primária, no bom estilo do que se passa pelas atormentadas vizinhanças.

Mas, ao brasileiro modesto, pela vida insuportàvelmente cara, tôda essa estatística tem o sabor ácido da medicina intragável. Estamo-nos curando das doenças do subdesenvolvimento e do atraso. Galgamos, na matemática mundial, posições de honra. A inflação aviltou o cruzeiro e multiplicou por 100 as nossas necessidades. Ao lado do progresso convive triunfante a miséria interiorana. A classe média, enforcada pela gravata incômoda, faz milagres para sobreviver. Os governos sucedem-se perplexos. O monstro a ser combatido é a inflação. Disso ninguém duvida. Unem-se no mesmo grito incisivo os Sindicatos e a Associação Comercial, o proletário assustado e o magnata bem nutrido. Todos reclamam as providências que não vêm. Para a economia clássica, amiga de Salazar, da polícia bem trajada, a razão está com o Fundo Monetário Internacional. Pobreza é devassidão. Somos pobres e vivemos mergulhados na inflação porque descuramos os problemas éticos. O óbulo domingueiro que humildes depositamos, a serviço das almas, na bandeja areada da mocinha contrafeita, não é suficiente. Cultivamos enormes deficits orçamentários. Exercitamos absurda prodigalidade pagando règiamente aos nossos operários. O funcionalismo, despreocupado e satisfeito, percebe somas gordas, com que compra vivendas na serra e excursiona pela Europa. A orla marítima está repleta de marajás de turbante na cabeça e esmeralda cravada na testa. São todos parasitas ociosos. A solução, portanto, está na disciplina. Conter despesas. Cortar na carne do responsável, no caso, o assalariado. Tranca-se o desenvolvimento. Menos empregos. Congela-se o salário, mais austeridade, sempre em cima do pequeno.

Êste modesto ensaio destina-se a esclarecer a opinião pública, em especial os operários e os estudantes, o sofrido assalariado dos campos e das cidades, a respeito

do problema da inflação no Brasil. A maioria dos meios de divulgação com que se pode contar, rezam por outras cartilhas. São os amigos da contenção drástica. Dos esquemas de arrôcho em cima de quem já vive na austeridade compulsória.

A conversa agora é outra. Vamos mostrar o porquê da prosperidade convivendo ao lado da miséria. Vamos analisar, também, e exclusivamente com dados insuspeitos, as teses do conservadorismo mal intencionado, que procura jogar sôbre as costas largas do operário e do funcionalismo a responsabilidade do impacto inflacionário, que, pelo contrário, a êles tem apenas maltratado e feito sofrer.

Ao sair do Ministério do Trabalho, no manifesto em que procuramos explicar as causas de nossa exoneração, dissemos, entre outras coisas, que, oportunamente, denunciaríamos, um por um, os males que infelicitam o Brasil. Parte dessa dívida, principalmente para com os sindicatos, que nunca deixaram de nos apoiar e estimular, vamos resgatar agora com a publicação dêste *Caderno do Povo*. Doa a quem doer. Fira a quem ferir. Vamos botar os pingos nos *is* equacionando com objetividade o problema inflacionário. Suas implicações salariais, sempre apresentadas com invulgar cinismo, destorcidas pelo que há de pior nesse País. Vamos mostrar que os dados do progresso que exibimos acima não têm grande significação para o trabalhador porque êle vem financiando êsse progresso à custa de sofrimento e vida cara. O funcionalismo público, confundido com meia dúzia de privilegiados bem pagos, é outra vítima do desenvolvimento injusto que vem servindo muito a muito poucos. Ao lado disso, o pobre nacional interiorano. O pária do desenvolvimentismo. Financiando com a indigência secular os potentados da cafeicultura, os sinistros lavradores do asfalto, engordados pelas Instruções

absurdas, com que a SUMOC avilta o cruzeiro e engorda o dólar, na esperança mal intencionada de salvar o País, facilitando a especulação rendosa do algodão ou do cacau. Só aos homens do algodão (5 firmas estrangeiras em São Paulo) uma Instrução da SUMOC deu, de mão beijada, 5 bilhões de cruzeiros ganhos com a valorização dos estoques existentes, premiados com a subida do dólar. Vamos passar revista, em linguagem clara e accessível, aos abusos e às distorções do monetarismo. Vamos ver até que ponto se pode continuar enganando êste País, tratando seus males econômicos, *estruturais,* com a pílula da medicina financeira.

Até que ponto o salário do barnabé alimenta o monstro inflacionário que nos devora? Até que ponto a estrutura do nosso comércio internacional ajuda a empobrecer o Brasil? E a vida cara? E os alimentos pela hora da morte? E a reforma agrária? Tem isso alguma coisa que ver com os privilégios da cafeicultura? Com a política da terra, que retém nas mãos de 300 mil proprietários 86% da área total dos estabelecimentos existentes no País? Por nós falarão os dados, os números. Refutem-nos, se puderem, os inimigos do povo. A exposição é sucinta, como convém aos objetivos de nosso trabalho. Pouco opinativa, para que não incorramos no pecado, desculpável, da indignação contra o crime e a mentira. Estamos convencidos de que êsses números, usados a favor do Brasil pelos que nêle acreditam, podem contribuir para a definitiva libertação de nossa terra.

II

OS SALÁRIOS FINANCIAM O DESENVOLVIMENTO

Os inquéritos econômicos do IBGE, abrangendo 115 dos principais municípios industriais do País, com uma produção correspondente a 90% da produção industrial do Brasil, são altamente significativos. Tomemos o período 1955/1959, para o qual se dispõe de uma série de dados uniformes e que corresponde à arrancada do nosso processo industrial. Nessa fase, o País, superando a etapa da indústria de bens de consumo, ingressa resoluto no estágio econômico da indústria pesada. Foi a grande revolução brasileira fundada nas usinas hidrelétricas, nos equipamentos para petróleo, no extraordinário avanço que já registramos anteriormente, com os dados da CEPAL, que nos mostra quase auto-suficientes no importantíssimo setor da indústria pesada.

Ainda segundo os Inquéritos Econômicos do IBGE, na composição da Receita, o principal elemento é, naturalmente, o valor da produção industrial, que evoluiu de pouco menos de 200 bilhões de cruzeiros em 1955, para quase 700 bilhões de cruzeiros em 1959, mas cujo aumento real (eliminando-se a desvalorização da moeda) foi de 71%. Os anos de 56 e 58 apre-

sentam resultados mais evidentes, com taxas de crescimento, em têrmos reais, de 35 e 21 por cento respectivamente. Na composição das Despesas, avultam as de Consumo, com uma participação de mais de 80% e abrangendo: matérias-primas com mais de 9/10 dêsse item, combustíveis e energia elétrica, esta com menos de 2%. O outro componente das Despesas são os salários, cuja participação percentual foi a seguinte: 19,5 em 1955, 18,9 em 1956, 18,7 em 1957, 17,1 em 1958 e *apenas* 16,2 em 1959. Flagrante decréscimo da participação dos salários na produção industrial. A queda é paulatina e processou-se sistemàticamente no decorrer de todo o quinqüênio. A evolução dos itens componentes da Despesa é vista no quadro abaixo, expressa em índices reais. Nêle se vê que o índice real dos salários *chegou a cair* no último ano, enquanto as Despesas de Consumo apresentaram uma taxa de aumento *quase duas vêzes maior*.

Anos	Salários dos operários	Despesas de consumo	Total de despesas
1955	100	100	100
1956	131	137	136
1957	136	144	142
1958	144	169	165
1959	138	174	166

Em resultado do comportamento da Receita e Despesas Industriais, temos a seguinte situação do Lucro Bruto da Produção, ainda em índices reais, ou seja, eliminando-se a desvalorização da moeda:

Anos	Receita	Despesas	Lucro bruto da produção
1955	100	100	100
1956	135	136	134
1957	140	142	138
1958	169	165	175
1959	171	166	176

A evolução foi muito favorável para as indústrias, mesmo em 1959, quando o surto inflacionário cresceu enormemente em virtude dos financiamentos abusivos ao café, conforme estudo da CEPAL, "A Inflação no Brasil", que analisaremos mais adiante. As indústrias progrediram em ritmo crescente graças ao acréscimo maior da Receita do que das Despesas. E isso em virtude do aviltamento dos salários, emagrecidos sistemàticamente em seu poder real. Se os salários tivessem evoluído na mesma proporção das outras despesas industriais, a rentabilidade teria diminuído. O salário, confiscado pela inflação violenta, no seu poder real, financiou o desenvolvimento, proporcionando melhores lucros. Nem de longe foi causa de inflação no período estudado, justamente a etapa decisiva de consolidação de nossa indústria de base. Onde a loucura dos salários altos a infeccionar o organismo inflacionado da nação? Só na cabeça alucinada dos manipuladores da matemática sinistra com que pretendem sufocar as aspirações populares, tentando o milagre do desenvolvimento tipo fundo de mina, em pleno século XX.

Se o aumento da produção e dos lucros foi conseguido à custa da redução real no volume global dos salários, conseqüentemente houve queda do salário real,

que pode ser exemplificada com clareza, segundo ainda os dados insuspeitos do nosso Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em 1958, o salário real era de Cr$ 3.345,00; *em 1959, baixou para 3.154,47.*

Quanto à produtividade industrial, também são altamente expressivos os dados do IBGE. Em 1958, a produtividade aumentou 17% e o salário real elevou-se apenas 4,5%. Enquanto em 1959 a produtividade aumentou 2,7%, *o salário real reduziu-se na mesma proporção.* Em todo o quinqüênio examinado, a produtividade do trabalho aumentou 37%, o lucro industrial 76%, mas o salário real elevou-se apenas 15%, em média, durante todo o período, já que *em 1959 chegou a decrescer.* O salário real cresceu 7% em 1956, 5,6% em 1957, 4,4% em 1958, num ritmo decrescente que, em 1959, sofreu uma guinada mediante a queda de 2,7%. E isso ocorreu não obstante a produtividade tenha aumentado num ritmo duas vêzes maior que o do salário real, no decorrer do quinqüênio em foco.

Está claro que *não é o salário o responsável pela inflação no Brasil.* Tem havido progresso, é evidente, mas o trabalhador não se tem dêle beneficiado, racionalmente, com um mínimo de justiça. Se ganho há com o processo inflacionário, é para os detentores do capital que encaminham os frutos da desordem financeira. Os reajustamentos dos preços são mensais, quinzenais, quando não semanais, no comércio ou na indústria. O assalariado espera um ano, recebe o mínimo possível e é estigmatizado como o príncipe da inflação, responsável pelo caos que nos ameaça devorar. Aí estão os dados frios, mostrando o processo espoliativo interno, inexorável, submetendo quem trabalha e vive de salário às aperturas da existência sofrida. Exibir êsses dados quando estávamos no Ministério do Trabalho foi um dos crimes do Ministro, perpetrado contra o sossêgo

dos privilegiados, que, escudados na erudição alienada dos escribas bem pagos, há anos, em estranho monólogo, envenenam a opinião pública com *a mentira do salário causa de inflação*. Não dizem outra coisa os Gudins espalhados pelo Brasil afora: sem congelamento de salário nada se conseguirá de útil na luta contra a inflação. Dizem e fazem. Aí estão os números mostrando o confisco salarial no Brasil, o crédito generoso com que o pequeno alarga o lucro gordo do graúdo.

No antigo Distrito Federal, o salário real do operário para um índice de 100, em 1920, passou para:

1920	100
1928	78
1937	72
1939	80
1940	82
1942	73
1943	73
1944	65
1945	64
1946	76
1948	70
1949	76
1950	79
1951	74
1952	78
1953	72
1954	67
1955	92
1956	83
1957	96

(Fonte: "A Inflação no Brasil" — Oliver Onody)

Segundo a Conjuntura Econômica de junho de 1956, os salários industriais, na antiga Capital Federal, subiram da seguinte maneira:

1920 — nominal, 180; real, 180
1939 — nominal, 300; real, 144
1956 — nominal, 3.000; real, 176

Que estranha matemática inspira o pensamento tortuoso dos monetaristas e os faz acusar a política salarial no Brasil como responsável pela inflação? Se os aumentos tivessem ocorrido em proporção alarmante, muito acima dos níveis do custo de vida, aí, sim, poderíamos crucificar o assalariado apontando-o como um dos responsáveis pela corrida altista. Mas, mesmo nesse caso, êles não seriam o principal fator, apenas um ingrediente a salgar a carne magra da Nação, vítima, *todos nós o sabemos, de uma inflação de estrutura,* que o subdesenvolvimento vem agravar com a indisciplina financeira a êle inerente.

Quando estivemos em Washington, a convite do Banco Interamericano do Desenvolvimento, fomos recebidos e homenageados com um jantar pelo Embaixador do Brasil, Sr. Roberto de Oliveira Campos. Conjecturávamos os dois sôbre os problemas do Brasil e, a certa altura, pedi ao Embaixador Campos, a quem nunca neguei qualidades de inteligência e cultura, que me desse um exemplo, sequer, de país subdesenvolvido, em luta pelo progresso, dentro de estrutura política semelhante à nossa, que não estivesse às voltas com o monstro inflacionário. Cismou, grave, o Embaixador e respondeu: — Nenhum. Ocorreu-me o caso da Polônia e do Egito, mas são organizações sociais e jurídicas inteiramente diversas da nossa, acrescentou o Embaixador.

Sob a estrutura capitalista, consumo franco, relativa liberdade de comércio, fantasia da lei da oferta e da procura, quem incorrer no êrro de vender matéria-prima e comprar manufatura, acreditando no milagre da redenção econômica, será engolfado fatalmente pela inflação. Pode-se evitá-la, desde que seja possível anestesiar o povo, congelar salários, sufocar o desenvolvimento, reduzindo a Nação a um campo de concentração em que a polícia vigilante e robusta intervém ao menor sinal de reivindicação "subversiva".

FUNCIONALISMO ESPOLIADO

O funcionário público, abundante e mal pago, pensionista forçado da mesada insuficiente do Estado, é uma das maiores vítimas do processo inflacionário, se não a maior. Entorpecem-lhe o desejo reivindicatório a gravata mal colocada e os hábitos sociais burgueses. Não é dado às grandes concentrações ruidosas, não lhe apraz o exercício estridente do direito de pedir em público. Prefere o cochicho manso com que desabafa, para o colega, as reservas contra a sovinice oficial ou a implacabilidade do *ponto*. O "status" burguês, a duras penas conservado, repele a imitação pura e simples dos métodos incisivos do proletariado urbano. Além disso, a legislação caprichosa impede-lhe o recurso final, e muito eficiente, da parede oportuna.

Em têrmos nominais, são os seguintes os aumentos verificados nos diversos níveis salariais, no Brasil, no período entre 1939 e 1956:

Salário mínimo	2 275%
Salário dos industriários	1 486%
Salário dos comerciários	1 138%
Salário dos funcionários *padrão O* (antiga nomenclatura)	386%

O "congelamento" fêz-se drástico em cima do funcionário, conforme podemos ver melhor no quadro da página 26:

Valendo-nos mais uma vez do Anuário Estatístico do IBGE, vemos no quadro abaixo a situação humilhante do comerciário, também esmagado pelo processo inflacionário violento:

Anos	Nominal Cr$	Índice 1937 = 100	Real Cr$	Índice 1937 = 100	Índice do Custo de vida
1937	330	100	330	100	100
1948	1.029	312	248	75	415
1950	1.218	369	273	83	446
1951	1.203	365	246	75	489
1952	1.430	433	253	77	565
1953	1.543	468	234	71	660
1955(a)	3.164	958	331	100	954
1956(b)	4.319	1.309	374	113	1.154
1957(b)	4.868	1.475	357	108	1.361

Fontes: IAPC — Aspecto do Censo dos Comerciários. IBGE — Anuário Estatístico.

(a) Salário mediano no comércio atacadista (abril)
(b) Salário mediano no comércio atacadista (novembro)

Não comportam maiores explicações as estatísticas significativas que publicamos acima. A vida subindo sem cessar. Os aumentos salariais, insuficientes, não recompõem nem sequer o primitivo poder de compra do assalariado. Em têrmos de salário real, o funcionário e o comerciário têm sido *diminuídos* nos seus ven-

VENCIMENTOS REAIS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

índice 1939 — 100

PADRÕES	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA
Lei n.º 284 (a) 28/10/1936	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	**100**
Dec.-Lei n.º 5.976 10/11/1943	115	98	90	85	82	84	80	77	75	79	76	74	73	74	75	**153**
Dec.-Lei n.º 8.512 31/12/1945	169	126	104	91	83	79	73	70	69	71	69	67	66	67	68	**252**
Lei n.º 488 15/11/1948	155	113	93	82	74	70	62	61	60	60	59	58	58	60	62	**386**
Lei n.º 1.765 18/12/1952	191	137	110	94	83	79	67	62	58	59	53	51	49	49	49	**525**
Lei n.º 2.745 12/3/1956	214	180	147	135	122	113	94	90	79	75	68	64	60	56	55	**888**
Nível de 1/1/1958	152	128	104	96	86	56	66	60	56	53	48	45	42	40	38	**1.246**

(a) Ano de base, 1939.

cimentos. Que progresso é êsse que esmaga a classe média, avilta as profissões, esmagando o funcionário mais graduado e tornando impossível a existência do barnabé? O custo de vida, na estatística já mencionada, está em acréscimo permanente. O razoável seria que ao menos os têrmos reais do poder de compra de quem vive de salário fôssem mantidos. Não haveria avanço, melhoria natural de condições de vida, mas também não estaríamos *configurando a miséria do confisco salarial puro e simples*. Além de não haver melhoria, há retrocesso, pobreza à vista. Dificuldades maiores para quem é obrigado a sustentar família, atualizar-se com os problemas da administração, pretendendo progredir na vida e na carreira profissional.

Um funcionário graduado que recebesse um salário *índice 100 em 1939*, em 1958 estaria com 38, em têrmos reais, enquanto o custo de vida, de 100 em 1938 passou para 1.246 em 1958. É possível uma coisa dessas? E ainda há quem fale em corrida salarial no Brasil, em inflação motivada por salários altos, elevados sempre acima dos preços do dia. É muita má fé. Aí estão os números a desmentir a matemática anti-social dos inimigos do povo, interessados em mistificar a opinião pública, a serviço de seus planos de contenção suspeitos. O mal é que êsses dados viviam confinados aos almanaques oficiais, que ninguém lê. Por isso os estamos divulgando agora, e os divulgamos também como Ministro do Trabalho. É preciso combater a inflação, mas sem conversa fiada e falsos bodes expiatórios.

III

NA ROTA DA POBREZA

Estrutura de comércio externo suicida

Mas, afinal, a inflação existe? Que o diga a dona de casa aflita obrigada a conviver com essa palavra estranha, pouco clara na etimologia nova, mas contundente nos efeitos danosos sôbre o caderno do armazém caseiro. Mas, se existe o monstro, onde se abriga? Quem lhe comanda os passos, quem lhe dá de comer, redobrando-lhe sistemàticamente as fôrças? O salário não é. Há deficits na Central do Brasil; adernam, oneradas pelo desequilíbrio, as nossas frotas mercantes; as contas públicas estão no vermelho, desde D. João VI, na alvorada da Independência, e assim continuaram, com raras exceções, até hoje. Tudo isso representa pressão inflacionária evidente. Mas, desordem administrativa é principalmente conseqüência do desmantêlo econômico e financeiro. Não há no mundo exemplo de nação pobre, subdesenvolvida, em estágio econômico atrasado, que possa dar-se ao luxo de ostentar uma administração pública decente, eficiente e honrada. A desordem é inerente ao desequilíbrio financeiro e à penúria econômica. Deficit orçamentário no Brasil tem sentido social, já que a corrida empreguista resulta do insuficiente mercado de trabalho. Além disso, as despesas públicas são agravadas pelo desequilíbrio das economias regionais, pauperizadas umas, mais prósperas outras. Equilibrar o orçamento, com a má fé ou a ingenuidade de com isso imaginar saneada a vida financeira da Nação, seria fácil, mas absolutamente inútil. A conta se ajustaria aos desígnios disciplinadores do técnico de gabinete,

mas o País continuaria padecendo dos mesmos males que, agora, o orçamento, equilibrado à fôrça, trataria de esconder.

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social assim se refere ao problema do nosso comércio externo:

"A insuficiência crônica da capacidade para importar, exigindo permanentes modificações estruturais na oferta interna, como requisito para o desenvolvimento, constituiu-se em foco primário de pressão inflacionária". Prossegue o Plano, agora referindo-se especìficamente ao problema das exportações: "As exportações brasileiras, em 1960, apresentavam valor em dólares inferior em 28% ao de 1953 e "quantum" superior em 18%. Desta forma, o esfôrço realizado no último decênio, para aumentar o "quantum" exportado, elevando os preços relativos internos dos produtos de exportação, tornou-se ainda mais penoso, em razão da baixa dos preços em dólares dêsses produtos, que custou ao País, no último quinqüênio, mais de um bilhão de dólares em capacidade para importar, adotando-se como ponto de referência o ano de 1950, quando os preços relativos no mercado internacional não eram particularmente favoráveis ao Brasil." A exportação com o cruzeiro aviltado (verdade cambial) é visível, produz alta do custo de vida. Tôdas as facilidades que a SUMOC deu aos exportadores de produtos tradicionais, como algodão e cacau (café será estudado à parte), resultaram em vida mais cara e exportações menos valiosas para o País. Trabalhou-se mais. Vendeu-se mais para o exterior. Elevou-se criminosamente o dólar. Resultado: vida cara e ganhos menores com a exportação.

Em 1959, exportamos 4.290.000 toneladas de mercadorias e recebemos pelas mesmas US$ 1 550 milhões. Em 1960, exportamos 10 milhões de toneladas,

ou duas vêzes e meia a mais, e recebemos US$ 1 260 milhões.

O Embaixador Otávio Dias Carneiro, em dezembro do ano passado, na qualidade de titular do Ministério da Indústria e Comércio, chamava a atenção para o problema da depreciação do preço internacional do café, já em processo durante a safra 1961/1962. Do início da safra referida até hoje, dizia o Ministro Dias Carneiro, o preço do café caiu, em média, US$ 0,05 por libra pêso, o que significa uma perda de receita da exportação de US$ 130 milhões a 150 milhões de dólares, em 18 milhões de sacas exportáveis.

De um lado o enfraquecimento da capacidade de importar. O aviltamento sistemático dos preços dos nossos produtos de exportação. A contrapartida é bem sinistra. Do outro lado funciona, agressivo, o processo espoliativo, raspando para o exterior a poupança magra do nacional depauperado. Vamos aos dados, para que não nos acusem de apaixonados ou alarmistas:

O investimento estrangeiro, no ano de 1960, montou a US$ 85,086,100, que, ao câmbio médio do período (Cr$ 200,00), representou 17,1 bilhões de cruzeiros (Anuário Estatístico do Brasil, de 1961, pags. 179 e 215). Nesse mesmo ano os rendimentos declarados como auferidos pelos residentes no exterior, objeto do impôsto sôbre a renda foram de . . . . . Cr$ 31.257.168.482,00 (dado da Divisão do Impôsto de Renda). *Deficit potencial de mais de 14 bilhões de cruzeiros.* O fenômeno não é monopólio do Brasil. Também a América Latina paga caro pela solidariedade continental amistosa e franca. Segundo a ONU, na América Latina, as remessas de lucros e juros alcançaram a cifra de US$ 5.773 milhões, entre 1945 e 1952, enquanto a entrada de capitais foi de US 3.992 milhões, ocorrendo assim uma saída líquida de US 1.781 milhões, sem con-

siderar as amortizações e repatriações (US$ 2.598 milhões).

Que revelam êsses dados senão uma inflação de estrutura fundada na inviabilidade de um comércio externo antieconômico? Ao lado disso as inversões estrangeiras mal policiadas carreiam para fora a poupança interna escassa, agravando o mal e acentuando nossa tradicional carência de recursos. Há desordem financeira visível, deficits crônicos, despesas com pessoal, às vêzes excessivas, mas tudo isso surge muito mais como efeito da pobreza e do desequilíbrio econômico do que como causa fundamental do atraso. *O êrro do Brasil, e nesse ponto é criminosa a medicina aconselhada pelo Fundo Monetário Internacional, é querer tratar males econômicos de estrutura com medidas financeiras disciplinadoras que não se destinam em nenhum momento a atacar o mal pela raiz.* Perdem-se nas conjecturas monetaristas, absorvem-se na busca impossível do equilíbrio financeiro, que pretendem plantar na terra árida do subdesenvolvimento econômico. O resultado tem sido trágico. Ainda há pouco, falando em Washington, em um banquete da "Aliança para o Progresso", o ex-Presidente Lleras Camargo, da Colômbia, fazia um paralelo entre seu país e o nosso, mostrando a tragédia que foi para a Colômbia a aplicação das medidas do Fundo Monetário Internacional. A Colômbia encontra-se a braços com inflação idêntica à nossa, sem o menor vestígio de desenvolvimento. Estavam presentes à cerimônia o Senador Juscelino Kubitschek e o Sr. P. Jacobsen, do Fundo Monetário. Recentemente estivemos na Argentina, outro laboratório de experiências monetaristas de tristes resultados. O crescimento econômico da Argentina, nos últimos 5 anos, é dos mais baixos do mundo. Calcula-se em 1,4% ao ano, o que equivale a nada. As cifras do desemprêgo chegaram a índices

nunca previstos: — 1.000.000 de desempregados. O consumo de derivados e combustíveis baixou em 30%, no último ano, em comparação com os índices normais de consumo. O Produto Nacional Bruto baixou em 7% em comparação com o ano de 1961. Esta diminuição equivale a uma diminuição de quase 9% na renda "per capita".

A falência industrial do país, uma das metas mais caras ao coração da "gorilada" técnica, está expressa nos seguintes dados:

Indústria de implementos agrícolas — capacidade de produção reduzida para 60%;

Indústria de maquinaria industrial — pràticamente parada;

Indústria plástica — funciona com 60% de sua capacidade de produção;

Indústria têxtil e indumentária — capacidade reduzida para 60%;

Indústria automobilística — reduziu sua produção para 9.800 unidades contra 28.645 no ano passado (esta cifra refere-se ao período 1961-1962).

É êste o resultado prático da contenção. Vida cara, em proporção maior do que a nossa, desenvolvimento atrofiado, desemprêgo, perspectivas futuras desalentadoras. Não se trata de optar por essa ou aquela solução. De pura e simplesmente escolher êsse caminho, desprezando o outro. Não há alternativa válida para a luta contra a pobreza que encontre equacionamento fora de um programa lúcido e bem planejado, de desenvolvimento econômico com justiça social. Desenvolvimento apenas não basta, já que podemos voltar ao passado e tentar o progresso à custa do sacrifício de uma ou duas gerações. O desenvolvimento com baixos padrões de consumo, com menores atrelados ao trabalho desumano e irracional, com o sacrifício das mulheres, com o

operário sucumbindo no fundo das minas, é inconcebível nos dias de hoje. Temos de prosperar assegurando a participação de todos nessa prosperidade, duramente cavada pelos mais humildes. O lucro das emprêsas já não pode valer-se da mão de obra miserável. O operário bem remunerado, ajustado ao trabalho e à função, convenientemente adestrado, é que deverá assegurar ao empreendimento melhores padrões de produtividade. Para a América Latina, de um modo geral, não há saída para a miséria senão na industrialização. É claro que países como o Brasil podem aspirar a padrões de vida mais elevados, já que temos, pelas reservas de riqueza e pela extensão territorial, um grandioso destino a cumprir. Que não será do Brasil no dia em que incorporarmos à nossa civilização moderna os milhões de párias que vegetam pelo interior abandonado, com padrão elementar de consumo, desfalcando o parque industrial de contingentes preciosos de novos consumidores? Podemos e devemos confiar na prosperidade dos dias futuros, fundada no mercado de trabalho com que haveremos de dignificar a vida do brasileiro. Mas não há de ser com a agricultura que vamos conseguir isso. Os males do êxodo rural já não preocupam as nações. Pelo contrário, constituem o único processo viável de recrutar mão de obra para a indústria. Aquilo que no passado parecia trágico é hoje sinônimo de progresso. Quanto menos gente ocupada em trabalhos agrícolas primários, mais adiantado o país. O esfôrço sacrificado da labuta rural já não pode atender às exigências do padrão de vida atual. As populações cresceram muito e as reivindicações aumentaram também. Agricultura mecanizada, com os excedentes de mão de obra rural aproveitados na indústria, é êste o programa capaz de asse-

gurar o progresso, ratificando os ideais de paz social de todos os povos.

Nos Estados Unidos, apenas 14% da população total dependem da agricultura. No Canadá, 16%. Na Argentina, 30%. Cuba, 47%. Venezuela, 48%. Colômbia, 53%. Brasil, 63% (dados do Conselho Nacional de Economia, de 1962). A URSS também teve grande parte de sua população rural atraída para as indústrias e hoje registra índices dos mais baixos do mundo de população ocupada em trabalho agrícola.

IV

O PROBLEMA AGRÁRIO NO BRASIL

Nas suas "Diretrizes sôbre a Reforma Agrária", o Conselho Nacional de Economia faz um levantamento da situação rural no Brasil. As principais características estruturais do meio agrário brasileiro assim se apresentam:

a) prevalência das propriedades agrícolas de vasta extensão (mais da metade delas com área superior a 500 hectares);

b) elevada e crescente concentração da propriedade rural (8% dos proprietários controlam 75% da área total);

c) grande proporção de lavradores sem a propriedade da terra (cêrca de 10 milhões num total de 12 milhões);

d) exígua percentagem de área cultivada (10% em média);

e) relações de trabalho semifeudais, como a meação, o trabalho gratuito, etc;

f) renda agrícola "per capita" irrisória (da ordem talvez de 30 mil cruzeiros).

Nossa posição internacional no setor da agricultura é desprimorosa. Progredimos na esfera da industrialização, mas permanecemos amarrados a práticas rurais obsoletas.

No tocante à área cultivada por pessoa dependente da agricultura, a situação de algumas nações do mundo é a seguinte:

Canadá, 15,3 ha; Estados Unidos, 7,9; Argentina, 5,0; Chile, 2,1; México, 1,0; Venezuela, 1,0; Colômbia, 0,6; Brasil, 0,5; Peru, 0,3.

Percentagem de analfabetismo no meio rural:

Estados Unidos, 5,7%; Argentina, 23,2%; Chile, 36%; Cuba (antes da revolução), 40%; Brasil, 66%; Venezuela, 72%.

Percentagem de casas rurais com água corrente:

Estados Unidos, 57%; Canadá, 40%; Chile, 15%; Cuba (antes da revolução), 7%; Colômbia, 5% Brasil, 1%.

Percentagem de casas rurais com eletricidade:

Estados Unidos, 83%; Canadá, 66%; Chile, 15%; Cuba (antes da revolução), 7%; Colômbia, 5%; Brasil, 4%.

Que se pode esperar dêsse panorama desolador? Nada, a não ser a vida cara de sempre, já que não é possível pretender alimentar uma população de 70 milhões de almas com essa infra-estrutura medieval que flagela o interior do Brasil.

Segundo a *Fundação Getúlio Vargas,* no período de 1950 a 1960, o produto real da agricultura brasileira acusou um aumento de 52,5%, enquanto o da indústria chegou aos 154,9% e, o do comércio, 91,6%. Do chamado produto real da agricultura, participam majoritàriamente produtos de exportação, como o café e algodão, que não servem em linha direta à alimentação do povo.

O IBGE revela que a produção nacional de cereais, raízes e tubérculos, entre 1950 e 1959, acusou um aumento total de 29%. Mas nesse mesmo período a população *cresceu 30,6%*.

No período de 1955/59, a população brasileira aumentou 12%; a renda real "per capita", 16,7% e a produção alimentar 11,9%.

Como pretender vida barata se não há o que comer? Se há mais bôcas, maiores solicitações de consumo e menos oferta de alimentos? Que farsa ridícula a da COFAP, sempre militarizada, caçando o feijão que não existe? É claro que pode haver sonegação, mas, fundamentalmente, o que há é falta do que comer. A agricultura brasileira vive organizada para exportar matéria-prima na base da grande propriedade e da exploração extensiva. Poucos são os estabelecimentos agrícolas destinados à produção alimentar. Só um alucinado pensa em plantar gênero de primeira necessidade no Brasil. O poder público ainda raciocina em têrmos de colônia e insiste em favorecer apenas o café, que não temos para quem vender, o cacau e o algodão, que infelizmente não podemos comer. Tôdas as instruções da SUMOC visando a facilitar a saída dos nossos produtos de exportação, agravaram o custo de vida pela desvalorização do cruzeiro, e nada de prático trouxeram para o Brasil. Em pleno reinado da verdade cambial, imposta ao Sr. Jânio Quadros, ainda sob os efeitos danosos da Instrução 204, no primeiro semestre de 1962, já a Fundação Getúlio Vargas constatava a deterioração do setor exportação, com um deficit do balanço de pagamentos de 120 milhões de dólares. Nesse primeiro semestre de 1962 não chegamos a exportar mais de 20 milhões de dólares. Só os governos despreparados e mal assessorados não sabem que não podemos vender produtos de exportação, como café, cacau e algodão, para os mercados tradicionais. É preciso diversificar a pauta de exportação e tentar ocupar outras áreas de consumo mundial. O consumo mundial de café é inelástico, nos velhos mercados europeus, já agora supridos em larga

escala pelo concorrente africano. O mercado norte-americano tem diminuído para nós, e é disputado ferozmente pelos outros países produtores de café na América Latina.

Será possível que alguém possa imaginar que as facilidades cambiais internas vão operar o milagre de sustentar os preços externos, ou ensejar exportações maciças redentoras de nossa economia? A ditadura financeira imposta ao Brasil pelos monetaristas do Fundo Monetário Internacional assim raciocina e nessa base vêm sendo dirigidas as finanças do Brasil, há muito tempo. Fazemos os maiores sacrifícios, inúteis, para exportar. Enriquecemos os felizes lavradores do asfalto, clientes da advocacia administrativa rendosa, encarecemos a vida, acelerando o ritmo inflacionário, e nada conseguimos.

Aí está o Plano Trienal condenando incisivo a mecânica de nosso comércio externo. Apontando a insuficiência crônica da capacidade para importar, exigindo permanentes modificações estruturais na oferta interna, como requisito para desenvolvimento, como causa positiva de violenta pressão inflacionária. O esfôrço realizado durante o último decênio para aumentar o "quantum" exportado, elevando os preços relativos internos dos produtos de exportação, tornou-se ainda mais penoso, em razão da baixa dos preços em dólares dêsses produtos, que custou ao País mais de um bilhão de dólares em capacidade para importar. A política oficial da SUMOC, que durante todos êstes últimos anos combatemos, isolados, é agora, depois de tantos males ter causado ao Brasil, estigmatizada pelo Plano Trienal, de modo objetivo. Esperamos que a crítica não fique nas cogitações teóricas e que deixemos de dar facilidades suicidas à exportação de matérias-primas das quais o mundo está abarrotado. Vamos tentar vender outros

produtos e para outros mercados. Mas, de preferência, pensar sempre na industrialização do País, na exportação de manufaturas e na expansão de nosso gigantesco mercado potencial de consumo. A recuperação da capacidade de importar do Brasil sòmente terá lugar como decorrência da própria industrialização do País, que assim poderá integrar-se nas correntes mais dinâmicas do comércio internacional.

Não plantamos gêneros de primeira necessidade e pretendemos o milagre da vida barata. Damos tôdas as facilidades aos produtos primários de exportação e esperamos que alguém vá empenhar-se na aventura de plantar alimentos que o poder público desdenha e desampara.

O café e a transformação da economia brasileira

Desde o Govêrno Juscelino Kubitschek que nos preocupou o problema inflacionário e suas diretas implicações com a questão da cafeicultura. Vivia-se açulando a opinião pública contra a construção de Brasília, contra as metas da salvação nacional, procurando incompatibilizar o povo com o desenvolvimento econômico. A vida subia, era Brasília. Deteriorava-se o comércio externo, era Brasília. Faltava carne, o culpado era o Govêrno, empenhado em construir ao mesmo tempo Furnas e Três Marias. Havia gasto de mais e tudo era debitado na conta dos esforços desenvolvimentistas do Govêrno. Ninguém se lembrava do café. A rubiácea amarga ao bôlso do povo passava despercebida. Financiava-se café a rôdo e ninguém dizia nada. Emitiam-se 100 bilhões de cruzeiros para comprar e empilhar café invendável, e o público de nada sabia. O carnaval da cafeicultura atingiu cifras tão grandes que o custo de

vida em 1959 deu um salto de 40% idêntico ao de nossa imensa produção de café êsse ano. Voltemos a analisar agora o problema do café. Inicialmente, vamos deixar falar a CEPAL, organismo das Nações Unidas, estudando a inflação no Brasil:

"Dois problemas principais vêm à baila, quando se discute sôbre as elevações de preço no Brasil, nos últimos trinta anos: o do café, e da transformação e crescimento da economia brasileira. Pràticamente por um século, o Brasil constituiu-se principal fornecedor de café nos mercados mundiais, tendo seu suprimento já atingido mais de 80% do total das exportações mundiais, no início dêste século, diminuindo posteriormente sua participação relativa até o nível presente, pouco mais de 40%. Desde as proximidades de 1900, o café tem dado origem a cêrca de 60% do total da receita de divisas do País, muito embora, nos anos vizinhos à II Guerra Mundial, essa participação tenha descido temporàriamente abaixo de 40%. Entre os últimos anos do século passado e os primórdios do presente, a participação do café no Produto Interno Bruto chegou a atingir 15-20% nos anos de preços favoráveis, mas, com o impacto da crise econômica mundial no fim da década dos 20, essa posição na economia interna foi definitivamente perdida. Na década seguinte as receitas do café não atingiam 10% do Produto Bruto, e desde o início da II Guerra Mundial a participação tem andado em tôrno dos 5%. Houve, portanto, por um período consideràvelmente longo, estreita vinculação entre os mercados do café e o estado da economia brasileira, dado que altos preços significavam intercâmbio abundante, altos níveis de renda e prosperidade; ocorrendo o reverso, a preços baixos.

A situação peculiar em que um só país controlava grande volume da oferta de exportação, denotava, contudo, que havia também inter-relação estreita, cíclica, entre a produção brasileira e os preços mundiais. Preços altos estimulavam incrementos de produção, que, por sua vez, faziam baixar os preços e desencorajavam a produção, etc... Isso levou a uma política que vigorou por longo tempo e que pretendia sustar as indesejáveis baixas de preço, através da retirada do mercado de parte

do suprimento. Essa intervenção oficial agiu de forma esporádica desde 1906, e tornou-se permanente a partir do final da década dos 20. Tal política acrescentou um nôvo elemento às flutuações do café, com graves implicações para o problema da estabilidade do nível geral de preços: como financiar e dispor do estoque retirado do mercado.

Essa dificuldade se agravou nas décadas recentes. Até cêrca de 1910, a superprodução podia ser minorada, seja em virtude das quedas de produção, seja pelo crescimento da procura mundial, **tendendo êste último fator a ser o mais importante. Entretanto, a crescente concorrência, primeiro de outros países latino-americanos, e mais recentemente de nações africanas,** eliminou pràticamente êste fator para o processo de ajustamento. **Desde a primeira década dêste século, a referida produção competitiva absorveu pràticamente todo o incremento da procura mundial, e a tendência das exportações brasileiras de café tem-se mantido pràticamente constante em** têrmos de volume. **De vez que a reação da oferta aos preços favoráveis tem sido muito** **ticamente constante em** têrmos de volume. **De vez que a reação da oferta aos preços favoráveis tem sido muito grande, e que a produção só é voluntàriamente reduzida de modo gradual, pela retirada de arbustos velhos, a conseqüência natural tem sido a de períodos prolongados de superprodução e** de preços relativamente baixos.

Os altos preços dos anos de 20 induziram grandes incrementos de produção ao final daquela década, com uma conseqüente queda de preço de mais de 50%. **O nível da produção exportável, ao final da década referida e no comêço da seguinte, foi, em vários anos,** o dôbro da que o Brasil poderia vender nos mercados mundiais mesmo ao preço mais baixo, **e não foi senão nos primeiros anos da década dos 40 que a produção decresceu ao ponto de corresponder às exportações. Assim, durante um período de cêrca de 15 anos, a situação do café foi desfavorável. As receitas de exportação se reduziram dràsticamente e permaneceram baixas, com uma conseqüente queda nos níveis de renda e uma menor flexibilidade para a economia, resultante de um baixo coeficiente de importações. Concomitantemente,** o govêrno deparou com a necessidade de financiar as grandes quan-

tidades de café que retirava do mercado, derivando-se daí sérias implicações inflacionárias.

Seguiu-se então um período de quase igual extensão, no qual a situação do café foi favorável. Os preços se recuperaram e ascenderam a novos cumes depois de 1949. Por meio de vendas no mercado mundial, tornou-se possível liquidar consideráveis estoques durante os anos de 1944 a 1949 e, por alguns anos depois dessa última data, a produção foi mais ou menos igual às vendas. As receitas de exportação durante êsse período tiveram forte aumento incrementando os níveis de renda, e propiciando maior flexibilidade à economia, não havendo também pressões para o govêrno financiar a produção do café que retiraria do mercado.

Aos preços favoráveis seguiu-se, como anteriormente, um aumento defasado e brusco da produção, destruindo gradativamente o equilíbrio prevalecente. **A produção para exportação, tomada em conjunto, tem excedido às exportações,** desde 1954, **mas apenas nos dois ou três últimos anos tal excesso atingiu graves proporções. É evidente que êsses anos marcaram o início de mais** um ciclo de excesso de produção, **com seus problemas de financiamento em larga escala dos estoques retirados do mercado,** e suas conseqüentes implicações inflacionárias. A safra exportável de 1959/60, a maior até então, foi duas vêzes e meia a que o Brasil podia vender nos mercados mundiais, apesar do preço ser um têrço mais baixo que o imperante em grande parte dos anos 50.

Diante de tal situação, o govêrno lançou mão de sua tradicional política de sustentação dos preços mundiais através da retirada do mercado de parte da oferta. A situação pôde-se manter sob razoável contrôle até 1957 devido à pequena safra de 1956/57, **mas daí em diante deteriorou-se ràpidamente. Estoques de café acumularam-se em grande escala, e, para tanto,** concederam-se substanciais pagamentos aos plantadores. Tais pagamentos chegaram a superar 1% do Produto Bruto em 1957, atingindo mais de 2% em 1958, e quase 3% em 1959. Tamanhas injeções de moeda sôbre o sistema impulsionaram violentamente os preços, de tal forma que em 1959 o índice do custo de vida saltou a mais de 40%, subindo assim mais do que em qualquer outro ano dêste século.

Ao mesmo tempo, a crise cafeeira produziu uma deficiência crônica de divisas para adquirir importações, apesar de se ter recorrido em grande escala a empréstimos de curto prazo.

O atual processo de estocagem envolve despesas anuais de normalmente cêrca de Cr$ 50 bilhões dependendo do volume da colheita (**a de 1961/62 deverá exigir** mais de Cr$ 60 bilhões); **e, o que é ainda mais importante, implica na utilização de recursos substanciais para a produção de uma mercadoria essencialmente inútil. O excesso de capacidade produtiva em relação às possibilidades de exportação já supera muito o que havia no País ao início da crise dos anos 30, e a experincia tem revelado que tal capacidade só muito lentamente poderá ser retirada da produção na ausência de um programa definido para se atingir êsse fim".**

Café, inimigo público número 1

Deliberadamente, preferimos que, de início, fôsse o problema do café tratado pela CEPAL, órgão das Nações Unidas, evidentemente isento e insuspeito de qualquer má vontade para com os nobres plantadores de café. Os intermediários andam indóceis, e constantemente nos acusam de "inimigos da cafeicultura", "insultoso", "primário", etc. Convém agora que dirijam as amabilidades do costume à Organização das Nações Unidas, e não a êste modesto jornalista. O quadro acima trata com minúcia do problema do café no Brasil. É parte de um estudo da CEPAL e do BNDE, publicado em 1961, sob o título "A inflação no Brasil". O leitor acompanha com facilidade a evolução do processo inflacionário, ligada sempre ao problema do financiamento do café. Desde que perdemos a posição de maiores e quase exclusivos fornecedores de café para o consumo mundial, e iniciamos, na tentativa de assegurar os preços compensadores, a política da estocagem, come-

çou, inevitável, a conviver conosco o monstro inflacionário imbatível. Produzir quase o consumo mundial total, 45 milhões, em média, e só vender 17, 16 milhões de sacas, armazenando o resto a preços altos, virou rotina de todos os governos. Vez por outra, a Providência encaminhava uma geada oportuna e os cofres públicos respiravam aliviados. Era menos café a ser estocado e comprado a preços extorsivos. Não há muito que acrescentar ao estudo da CEPAL. Se por um lado a situação melhorou, já que os 22 dólares que o govêrno retira por saca de café vão constituir o Fundo de Defesa do Café, por meio do qual as safras são financiadas, continua a pressão inflacionária presente no financiamento bancário concedido ao excedente de café invendável, que obriga à péssima colocação dos recursos de crédito em mercadoria inútil destinada aos armazéns do IBC. É incrível que a rêde bancária gaste fortunas, desviadas de aplicações mais úteis, financiando até 85% da produção cafeeira, que se compõe na sua maioria de café invendável, expurgo e lixo.

Que se pode esperar da Junta do IBC, composta sòmente de cafeicultores, humanamente interessados em que essa política suicida prossiga? A êles o que apraz é plantar café e vender tôda a produção ao poder público, complacente e inerme. Estamos a esta altura com 50 milhões de sacas estocadas, consumindo 10 bilhões de cruzeiros por ano só de armazenagem. Para isso serve o Fundo do Café, quando atividades essenciais ao desenvolvimento da agricultura estão paradas por falta de recursos. Não interessa que as disponibilidades saiam do próprio café. O trágico é o fim a que se destinam, num País carente de armazéns e silos, precisando de acelerar a política de erradicação de velhos cafezais inúteis, e principalmente faminto de gêneros de primeira necessidade, que êsses recursos podem financiar.

Por que acusar a Rêde Ferroviária Federal ou a Costeira de responsáveis pela corrida dos preços, quando emitir acintosamente, para comprar e empilhar café, constitui crime indesculpável? A partir de 1961, as emissões especìficamente para custear as safras diminuíram, mas prossegue até hoje o financiamento ilimitado a todo e qualquer café, estimulando o aumento do plantio e inoculando no organismo financeiro da Nação mais poder de compra para uma classe privilegiada. Ainda agora, que pretendem os especuladores (êsses nem lavradores são) senão arrombar as portas do Govêrno, em busca de mais dinheiro? Valendo-se da magnanimidade do crédito oficial, compraram ao lavrador o produto a preços mais altos do que os fixados oficialmente. Pensavam pressionar o poder público e conseguir nas costas do agricultor e da Nação mais alguns bilhões de cruzeiros fáceis. É claro que ninguém abre mão dos seus privilégios com facilidade. Êsses gozadores que há anos sugam o povo, obrigando-o a tomar um café oneroso ao bôlso magro do pobre consumidor, vão resistir. Não vemos outra solução para o problema inflacionário do Brasil, fora da luta decidida e heróica contra essa infra-estrutura econômica que nos esmaga. Empilhamento do café, deterioração do comércio externo, abandono do plantio de gêneros de primeira necessidade não conduzem a nada de positivo na luta contra o subdesenvolvimento. O salário do funcionário ou do operário pode continuar confiscado. A Central do Brasil, de roupa nova e passagens mais caras, talvez diminua o deficit crônico com que se debate há anos. O orçamento às custas de cortes profundos, que podem inclusive anestesiar o desenvolvimento, é possível que caminhe para o sonhado equilíbrio. Mas, lamentàvelmente, continuaremos sufocados pela vida cara, pelo desalento, enquanto vendermos mais e recebermos

menos, enquanto comprarmos café invendável e armazenarmos o produto a pêso de ouro, enquanto desvalorizarmos o cruzeiro internamente na vã esperança de que com alguns fardos a mais de algodão realizaremos o milagre da Pátria livre e próspera, à altura de nossos velhos sonhos.

A saída não é a contenção drástica, de caráter financeiro, mero paliativo muito do gôsto dos monetaristas incorrigíveis. Ou alteramos a estrutura econômica obsoleta do Brasil, alargando a área do progresso, fazendo-o mais justo e harmonioso para todos, ou viveremos mergulhados no deficit e na vida cara. Chegou a hora de lutar contra os privilégios. Congelar salários, confiscando-os a serviço do desenvolvimento, é duro e impopular, exige certa disposição, não há dúvida. Há mais mérito, entretanto, em enfrentar a obesidade indecorosa dos poderosos, dos que vivem nos banquetes de luxo pregando o "rearmamento moral" e exercitando a austeridade de fachada. Está na hora de cortar fundo na carne de quem a tem farta. É preciso arejar o Brasil, fazendo as reformas de base. Só uma gama objetiva de providências legais de fundo social poderão dar consistência ao progresso injusto que tem martirizado as classes assalariadas no Brasil. Desenvolvimento, só com justiça. Sem alterações profundas, estruturais, poderemos ter o progresso desfigurado que conhecemos, mas não deteremos a inflação nem conteremos a insatisfação do povo, cansado das promessas eleitorais inatingíveis.

Como é possível estimular o consumo, no Brasil, barateando a produção, se 78% da carga tributária total são constituídos de impostos indiretos, altamente atentatórios do princípio da justiça tributária, consignado na Constituição? Como é possível combater a inflação sem reforma bancária séria, se os bancos se valem

da inflação, mergulhados na agiotagem, proliferando como nas vésperas do Encilhamento, um em cada esquina? Como pensar em vida barata sem reforma agrária radical, que possa arrancar das mãos do latifúndio a riqueza inaproveitada? Como pensar em aumentar impostos se a sonegação campeia desenfreada, livre das ameaças de um aparelho fiscal que só funciona em cima do assalariado, gravado na fonte, com exemplar rigor? Como pensar em tudo isso sem reformar o Legislativo, inútil na sua mecânica de funcionamento ultrapassada e lerda? O caminho democrático é bater às portas do Congresso, exigindo as providências legislativas capazes de desafogar o panorama social do Brasil. Reformas de base dependem agora do poder legislativo. Como irá êle reagir? Como tem reagido até agora?

A crise do Legislativo

Sendo a inflação no Brasil, precìpuamente, um problema estrutural, só a modificação radical dessa estrutura obsoleta, que nos sufoca, poderá contribuir com eficiência para estancar a alta do custo de vida. As reformas de base são decisões que dependem do legislativo. Não podemos alimentar ilusões. Portarias executivas, grupos de trabalho, determinações enérgicas do Presidente não terão sentido prático, se não vierem acompanhadas de uma série de providências legais, capazes de alterar em profundidade o panorama social do Brasil. Em matéria de acomodação, já fizemos o máximo. O progresso descontrolado plantou suas sementes e alterou, incisivamente, o panorama econômico do País. Mas, para essa realidade industrial nova, oferecemos apenas a ineficiência da máquina burocrática desajeitada e o amparo de uma estrutura social imperfeita. Existe o progresso, mas a inflação e a ausência de jus-

tiça social desviaram os rumos do desenvolvimento fazendo-o duro para a maioria e generoso e farto para alguns. Como modificar isso? Tentando a modernização do Brasil, pela reforma administrativa e pela profunda modificação do panorama social. Ao insistir no desenvolvimento econômico, sem a legislação que o possa tornar justo e igual para todos, estaremos tornando mais ricos os que já são ricos e mais pobres os que já são pobres. É fantasia pensar que a prosperidade ilimitada do empresário, livre e desembaraçada, vá significar a alegria do trabalhador.

A primeira reforma a ser concretizada no Brasil deve ser a do Legislativo. Sem ela nenhuma das outras poderá tornar-se realidade. Com o Congresso emperrado, ineficiente, absorvido pelas questiúnculas jurídicas, correndo atrás da pensão para a viúva do colega falecido, ou interessado em prover a Santa Casa municipal, nada conseguiremos. Não se trata de conspirar contra a democracia, minando seu instituto essencial, que é o poder legislativo. Ao contrário. Enfraquecer o Congresso é deixá-lo como está. Desatualizado, aturdido pelo vozerio estridente dos primários, dispendioso e inútil.

Durante todo o ano de 1961, foram aprovadas 177 leis pelo Congresso Nacional. Dêsse volume total, apenas 5 proposições se referem a assuntos de interêsse público: a lei que autoriza a constituição da Eletrobrás; a reorganização do Ministério das Relações Exteriores; o plano diretor da SUDENE; a lei de Diretrizes e Bases da Educação; e a que organiza o Ministério da Indústria e Comércio. Diversas delas, como a Eletrobrás e Diretrizes e Bases, velhas de vários lustros, aguardavam na gaveta inexpugnável do legislador irresponsável a tramitação de praxe. Não há exemplo, no mundo, de uma assembléia de 400 representantes, sem limite de

prazo, sem competência técnica específica, opinando e debatendo, indefinidamente, as complexidades inerentes hoje à vida jurídica, econômica e social das nações. Só o Brasil quer dar-se êsse luxo. O resultado é sempre melancólico. No primeiro semestre do ano passado, depois de ingentes esforços, os dignos parlamentares conseguiram fazer *aprovar 17 leis, pelo Congresso Nacional.* 7 delas autorizativas de despesas, 5 sôbre a situação de funcionários, 2 de isenção tributária, 1 concedendo pensão, 1 alterando outra lei, 1 não publicada. O levantamento, minucioso e exato, deve-se à competência e ao espírito público do advogado Nelson Cândido Motta. São as seguintes as leis expedidas:

L E G I S L A Ç Ã O

1 9 6 2

(Até 30 de maio)

LEI N.º	P L. n.º	EMENTA RESUMIDA	PUBLICAÇÃO
4.049	3.319/61	Dispõe sôbre padrões de vencimentos dos funcionários Secretaria Justiça Eleitoral	1.3.1962
4.050	1.752/60	Reestrutura quadro de oficiais dentistas do Exército	
4.051	3.137/57	Autoriza abertura de crédito a favor do Instituto de História e Geografia — Minas, Sergipe, Pará	30.3.1962
4.052	1.225/59	Concede abono a funcionários do Serviço de Profilaxia da Lepra em Goiás	16.3.1962
4.053	4.746/58	Concede pensão especial a viúva de deputado e a outra viúva, incluída para emenda do Senado.	16.3.1962
4.054	620/59	Dispõe sôbre efetivação de servidor interino	9.4.1962
4.055	3.091/61	Altera a Dei n.º 2.944 que permite ao BNDE ajustar empréstimos *C-3* — autarquias estaduais	16.4.1962
4.056	1.416/60	Cria cargos no Quadro do Ministério da Agricultura	4.5.1962
4.057	1.184/59	Autoriza abertura de crédito especial para obras da Escola Politécnica do Paraná	7.5.1962
4.058	3.542/61	Autoriza abertura de crédito especial para pavimentação das BR-4 e BR-13	11.5.1962

L E G I S L A Ç Ã O

1 9 6 2

(*Até* 30 *de maio*)

LEI N.º	P L n.º	EMENTA RESUMIDA	PUBLICAÇÃO
4.059	3.893/58	Autoriza o Cons. da Sumoc a dispor s/depósito bancário	11.5.1962
4.060	734/59	Concede isenção tributária para fertilizantes (não foi publicada)	11.5.1962 —
4.061	—		
4.062	3.812/58	Autoriza abertura de crédito espceial para auxílio — Faculdade de Filosofia de Sergipe.	24.5.1962
4.063	3.101/57	Autoriza abertura de crédito especial para escolas em Pará e Minas	24.5.1962
4.064	173/59	Isenta de impostos a Cia. Telefônica de Pirapora (Minas Gerais)	
4.065	3.520/61	Autoriza abertura de crédito especial para ocorrer despesas no Conselho de Ministros	24.5.1962

Não há reforma de base que sobreviva a êsse modelar exemplo de operosidade. Não é o caso de acusar êste ou aquêle parlamentar. Há homens de bem no Congresso, altamente categorizados. Mas não se trata de homens capazes, e sim de mecânica de funcionamento viável. Vamos aos exemplos mundiais. Na Itália, o problema da "inflação" legislativa assume os mesmos contornos que no Brasil e em outros países. A Constituição de 1948, entretanto, instituiu um mecanismo engenhoso, que se está mostrando satisfatório.

Admitindo a delegação de podêres — por prazos certos, para fins determinados e em caráter excepcional — a Constituição adotou um sistema simples e original que permite à Assembléia fazer votar grande número de leis no âmbito restrito das Comissões permanentes. Salvo aquelas proposições de natureza constitucional e as que disponham sôbre matéria eleitoral, aprovação de orçamento ou questão tributária, tôdas as demais podem ser distribuídas, para discussão e votação, aos órgãos técnicos da Casa. Os resultados dessa prática foram os melhores possíveis. O Parlamento italiano vota em média, anualmente, 485 leis, das quais mais de 2/3 são votadas nas Comissões. O Parlamento, conservando sua plena soberania legislativa, consagra a maior parte do tempo, nas discussões de plenário, aos projetos políticos de maior importância. A rotina legislativa, as intrincadas questões técnicas, necessárias à ordenação da vida nacional, são confinadas ao debate das comissões técnicas.

Na França o Parlamento passou a representar a matriz das chamadas leis de princípio e perdeu a competência para expedir as provisões de conteúdo administrativo. Deixou de ser o "legislador comum" para transformar-se apenas no "legislador das regras gerais". As duas casas do Parlamento, ainda que conservando

a plenitude de suas prerrogativas políticas, perderam, em favor do Executivo, o contrôle da legislação normativa.

Na Inglaterra, o Gabinete legisla. O Parlamento, face das dificuldades que se antepõem ao desempenho da função legiferante, transferiu aos técnicos e especialistas, mobilizados pelo Executivo, a elaboração dos textos, mantendo-os, entretanto, sob o seu contrôle político. Funciona eficiente e objetivo o expediente secular da delegação de podêres.

Por que o último semestre de 1962, no Brasil, foi marcado por uma atividade legislativa bem mais fecunda? Funcionou a pressão da opinião pública, mas a delegação de podêres, em boa hora fazendo parte do Ato Adicional, foi a causa mais certa da boa e profícua ação dos deputados e senadores.

Vamos cogitar, com urgência, da reforma institucional. Nós, que acima de tudo prezamos o debate franco e livre das idéias, não podemos admitir que se conspire contra a democracia, sustentando uma prática legislativa emperrada e obsoleta. A primeira das reformas, condição "sine qua non" para as outras, é a reforma institucional. Sem ela, o grande Presidente Roosevelt, de saudosa memória, não poderia ter enfrentado a pressão norte-americana da década dos 30. Foi preciso aposentar magistrados obtusos, fazer valer a prática indispensável da delegação de podêres, para que o sistema político pudesse sobreviver às suas irracionalidades. Também lá se fêz a reforma bancária, a reforma tributária, ampliou-se o poder de intervenção do Estado com a obra exemplar do TVA, dignificou-se o trabalho com a NEW DEAL, arejando a nação e alargando, no interêsse do progresso, o seu mercado de trabalho e consumo.

Desejamos para o Brasil o progresso com justiça. Amplo e generoso e não apenas a serviço de poucos. A intervenção do Estado na economia das nações não é produto de deliberação dos governantes. É imposição da época, dos pesados encargos sociais modernos, do subdesenvolvimento ultrajante que amarra a padrões miseráveis de vida mais de 2/3 da humanidade.

Aqui fica nossa modesta contribuição ao grande debate que sacode o Brasil.

É possível progredir sem reformar? Até que ponto poderemos continuar usando paliativos financeiros no tratamento complexo das graves enfermidades econômicas?

A todos aquêles que acreditam no Brasil e na fatalidade de seu grandioso destino cabe a resposta a estas indagações.

CADERNOS DO POVO BRASILEIRO

Os grandes problemas de nosso País são estudados nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo; seu objetivo principal é o de informar. *Sòmente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se.*

Primeiros lançamentos

1 — QUE SÃO AS LIGAS CAMPONESAS?
Francisco Julião
2 — QUEM É O POVO NO BRASIL?
Nelson Werneck Sodré
3 — QUEM FAZ AS LEIS NO BRASIL?
Osny Duarte Pereira
4 — POR QUE OS RICOS NÃO FAZEM GREVE?
Alvaro Vieira Pinto
5 — QUEM DARÁ O GOLPE NO BRASIL?
Wanderley Guilherme
6 — QUAIS SÃO OS INIMIGOS DO POVO?
Theotônio Júnior
7 — QUEM PODE FAZER A REVOLUÇÃO NO BRASIL?
Bolívar Costa
8 — COMO SERIA O BRASIL SOCIALISTA?
Nestor de Holanda
9 — QUE É A REVOLUÇÃO BRASILEIRA?
Franklin de Oliveira
10 — O QUE É REFORMA AGRÁRIA?
Paulo R. Schilling
11 — VAMOS NACIONALIZAR A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA?
Maria Augusta Tibiriçá Miranda
12 — COMO ATUA O IMPERIALISMO IANQUE?
Sylvio Monteiro

13 — COMO SÃO FEITAS AS GREVES NO BRASIL?
Jorge Miglioli
14 — COMO PLANEJAR NOSSO DESENVOLVIMENTO?
Helga Hoffmann
15 — A IGREJA ESTÁ COM O POVO?
Padre Aloísio Guerra
16 — DE QUE MORRE O NOSSO POVO?
Aguinaldo N. Marques
17 — QUE É O IMPERIALISMO?
Edouard Bailby
18 — POR QUE EXISTEM ANALFABETOS NO BRASIL?
Sérgio Guerra Duarte

Volumes extras

1 — VIOLÃO DE RUA
Diversos
2 — REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO NO BRASIL
Franklin de Oliveira
3 — VIOLÃO DE RUA (*Vol. 2*)
Diversos

LEIA-OS — COMENTE-OS — DIVULGUE-OS

Esta obra foi executada nas Oficinas da Companhia Gráfica LUX, *Rua Frei Caneca, 224*

Centenas de milhares dêstes CADERNOS circulam hoje nos quatro cantos do País. São lidos, comentados, debatidos por todos aquêles que, insatisfeitos com a triste realidade da vida nacional, querem informar-se sôbre nossos graves problemas.

Por todos os brasileiros que desejam participar conscientemente do movimento cada vez mais pujante e positivo que objetiva promover transformações radicais na anacrônica e injusta estrutura sócio-econômica em que nos encontramos.

Por todos aquêles, em suma, que acima de suas posições ideológicas ou partidárias, lutam pela emancipação do Brasil contra o imperialismo internacional e seus agentes internos.

Agindo com amplitude e profundidade, os CADERNOS DO POVO BRASILEIRO são a chama que ilumina, a arma de que o povo dispõe para a conquista de melhores dias.